



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Kirton Seguros S.A. (atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

Mercado Segurador

Ainda que as condições socioeconômicas observadas no mercado brasileiro, onde a economia encontra-se em retração, não esteja favorável, o mercado demonstrou um crescimento dos negócios em Seguradoras.

O crescimento de prêmios de seguros no mercado apresentado no ano, data-base novembro de 2017, foi de 11,5% no mercado de Seguros de Vida, se comparado ao ano anterior (fonte: SUSEP).

O valor contabilizado das Provisões Técnicas, ao final do exercício de 2017, atingiu o montante de R\$ 318,7 milhões (R\$ 607,8 milhões em 31 dezembro de 2016).

Resultado do Exercício

A Kirton Seguros apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 305,3 milhões (R\$ 259,6 milhões no exercício de 2016), representando uma rentabilidade de 22,79% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

O resultado de prêmios emitidos no exercício de 2017 foi de R\$ 390,2 milhões (R\$ 658,2 milhões em 31 dezembro de 2016).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Kirton Seguros, em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Empresas Controladas

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Kirton Seguros, nos segmentos de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, era composto pelas seguintes sociedades: Kirton Seguros S.A., Kirton Vida e Previdência S.A., e Kirton Capitalização S.A..

Eventos Societários

Em 08 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Sociedade integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 01 de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 01 de julho de 2016, foi deliberada a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Seguros S.A. e a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 71/2016, divulgada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2016.

Em 14 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o pedido de reorganização societária das empresas do Grupo Bradesco Seguros, que fora aprovado e que, prevê, entre outros a incorporação da Kirton Seguros S.A. pela Bradesco Seguros S.A.

Outros movimentos societários estão apresentados nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco, do qual a Kirton Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos completamente implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco se reúnem, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/15 e alterações subsequentes. E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Kirton Seguros: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e Compliance do Grupo Bradesco. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Kirton Seguros realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley e/ou com os principais frameworks de controles, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology).

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Kirton Seguros, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações e normas relativas aos temas, editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Kirton Seguros coibe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes. Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Kirton Seguros está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Kirton Seguros S.A. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e de Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, sempre abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Curitiba, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Ativo circulante		847.339	1.181.823
Disponível		5.302	4.181
Caixa e bancos.....		5.302	4.181
Aplicações	4	714.534	826.370
Créditos das operações com seguros e resseguros	5	33.293	225.957
Prêmios a receber.....		31.122	221.519
Operações com seguradoras.....		1.011	575
Operações com resseguradoras.....		1.160	3.863
Outros créditos operacionais		17.920	13.961
Ativos de resseguro e retrocessão		12.498	16.028
Títulos e créditos a receber		63.764	58.047
Títulos e créditos a receber.....	6	42.493	40.700
Créditos tributários e previdenciários.....	7	21.263	17.126
Outros créditos.....		8	221
Despesas antecipadas		28	251
Custos de aquisição diferidos	15a,c	-	37.028
Seguros.....		-	37.028
Ativo não circulante		1.307.104	669.495
Realizável a longo prazo		571.997	313.082
Aplicações	4	425.421	150.385
Ativos de resseguro e retrocessão		-	340
Títulos e créditos a receber		146.576	154.249
Créditos tributários e previdenciários.....	7	40.243	45.063
Depósitos judiciais e fiscais.....	16a	95.790	98.087
Outros créditos operacionais.....		10.543	11.099
Custos de aquisição diferidos	15a,c	-	8.108
Seguros.....		-	8.108
Investimentos		734.888	355.314
Participações societárias.....	8	700.750	331.147
Imóveis destinados à renda.....	9	34.134	24.163
Outros investimentos.....		4	4
Imobilizado		216	310
Bens móveis.....		216	310
Intangível		3	789
Outros intangíveis.....		3	789
Total do ativo		2.154.443	1.851.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Passivo	Nota	2017	2016
Passivo circulante		463.801	770.665
Contas a pagar		145.686	123.994
Obrigações a pagar.....	10	83.625	73.090
Impostos e encargos sociais a recolher.....		459	6.001
Encargos trabalhistas.....		-	7.863
Impostos e contribuições.....	11	61.188	29.428
Outras contas a pagar.....	12	414	7.612
Débitos de operações com seguros e resseguros		9.829	62.843
Prêmios a restituir.....		65	1.982
Operações com seguradoras.....		-	3
Operações com resseguradoras.....		881	7.077
Corretores de seguros e resseguros.....		8.883	51.102
Outros débitos operacionais.....		-	2.679
Depósitos de terceiros	13	1.301	9.369
Provisões técnicas - seguros	15a,b	306.985	574.459
Danos.....		10.193	10.547
Pessoas.....		217.313	425.762
Vida individual.....		79.479	138.150
Passivo não circulante		66.461	78.582
Contas a pagar		4.049	1.991
Obrigações a pagar.....	10	2.166	123
Outras contas a pagar.....	12	1.883	1.868
Provisões técnicas - seguros	15a,b	11.731	33.357
Danos.....		224	74
Pessoas.....		11.507	33.248
Vida individual.....		-	35
Outros débitos		50.681	43.234
Provisões judiciais.....	16a,b	50.681	43.234
Patrimônio líquido	17	1.624.181	1.002.071
Capital social.....		911.933	554.865
Reservas de capital.....		-	146
Reservas de reavaliação.....	17b	1.794	5.090
Reservas de lucros.....		675.579	442.491
Ajuste de avaliação patrimonial.....		34.876	(521)
Ações em tesouraria.....		(1)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.154.443	1.851.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmio emitido.....		390.249	658.239
Variações das provisões técnicas de prêmios.....		176.870	124.408
Prêmios ganhos	18a	567.119	782.647
Sinistros ocorridos.....	18b	(126.546)	(259.194)
Custos de aquisição.....	18c	(124.024)	(211.951)
Outras receitas e despesas operacionais.....	18d	(29.552)	(24.439)
Resultado com resseguro.....	18e	5.606	897
Receita com resseguro.....		7.686	13.233
Despesa com resseguro.....	18a	(2.080)	(12.336)
Despesas administrativas.....	18f	(61.361)	(94.587)
Despesas com tributos.....	18g	(24.593)	(36.333)
Resultado financeiro.....	18h	95.716	96.713
Resultado patrimonial.....	18i	142.068	127.804
Resultado operacional		444.433	381.557
Perdas com ativos não correntes.....	18j	(10)	(5.249)
Resultado antes dos impostos e participações		444.423	376.308
Imposto de renda.....	18k	(76.768)	(62.797)
Contribuição social.....	18k	(62.329)	(53.466)
Participações sobre o lucro.....		(7)	(473)
Lucro líquido do exercício		305.319	259.572
Quantidade de ações.....		35.901.272	27.273.997
Lucro líquido por ação – R\$.....		8,50	9,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	305.319	259.572
Instrumentos financeiros disponíveis para venda.....	7.206	5.518
Instrumentos financeiros disponíveis para venda – controladas e coligadas.....	52.738	13.202
Reserva de reavaliação.....	83	212
Reserva de reavaliação – controladas.....	(5.414)	586
Efeitos tributários sobre lucros abrangentes.....	(22.511)	(7.706)
Total do resultado abrangente do exercício	342.834	270.563
Atribuível aos acionistas controladores	337.818	265.377
Atribuível aos acionistas minoritários	5.016	5.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	305.319	259.572
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações.....	1.511	4.990
Resultado de equivalência patrimonial.....	(129.588)	(116.102)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	770	8.363
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros.....	(151.270)	(190.402)
Créditos das operações de seguros e resseguros.....	192.664	94.347
Ativos de resseguro e retrocessão.....	3.870	8.910
Créditos tributários e previdenciários.....	(87)	(6.282)
Depósitos judiciais e fiscais.....	2.297	15.333
Despesas antecipadas.....	223	95
Custos de aquisição diferidos.....	45.136	47.172
Outros ativos.....	(159)	(31.248)
Impostos e contribuições.....	140.241	119.947
Outras contas a pagar.....	(16.053)	(2.888)
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	(53.014)	(28.715)
Depósitos de terceiros.....	(8.068)	6.926
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....	(289.100)	(109.346)
Provisões judiciais.....	7.447	14.023
Caixa consumido pelas operações	(125.873)	(62.128)
Dividendos recebidos.....	37.304	69.923
Imposto de renda sobre o lucro pago.....	(60.289)	(55.647)
Contribuição social sobre o lucro pago.....	(48.192)	(49.134)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(19.038)	59.837
Recebimento pela venda de ativo permanente	-	5.599
Imobilizado.....	-	358
Intangível.....	-	5.241
<		



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Capital	Reservas de		Ajuste de avaliação	Ações em	Lucros	Total
	social	Capital	Reavaliação	patrimonial	tesouraria	acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	554.865	146	4.571	325.773	(11.579)	-	873.776
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	519	-	-	(86)	433
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	-	(79.356)	-	-	(79.356)
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	-	(1.644)	-	-	(1.644)
Prescrição de dividendos	-	-	-	4.944	-	-	4.944
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprio	-	-	-	-	3.628	-	3.628
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligada e controlada	-	-	-	-	7.430	-	7.430
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	259.572	259.572
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-
Reservas estatutárias	-	-	-	192.773	-	(192.773)	-
Dividendos propostos – acionistas majoritários	-	-	-	-	-	(63.582)	(63.582)
Dividendos propostos – acionistas minoritários	-	-	-	-	-	(1.311)	(1.311)
Outros movimentos	-	-	-	1	-	(1.820)	(1.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	554.865	146	5.090	442.491	(521)	-	1.002.071
Saldos em 1º de janeiro de 2017	554.865	146	5.090	442.491	(521)	-	1.002.071
Aumento de capital social - AGO/E de 31/03/2017 e Portaria SUSEP Nº 460 (Vide Nota Explicativa 17a)	2.335	(146)	-	(2.189)	-	-	-
Aumento de capital social - AGO/E de 31/07/2017 e Portaria SUSEP Nº 7.009 (Vide Nota Explicativa 17a)	354.647	-	-	-	-	(1)	354.646
Aumento de capital social - AGO de 29/09/2017 e Portaria SUSEP Nº 7.024 (Vide Nota Explicativa 17a)	86	-	-	-	-	-	86
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	(3.296)	-	-	3.296	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprio	-	-	-	-	4.005	-	4.005
Ajustes com títulos e valores mobiliários – controladas	-	-	-	-	31.392	-	31.392
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	305.319	305.319
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	15.266	-	(15.266)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	220.011	-	(220.011)	-
Dividendos propostos – acionistas majoritários	-	-	-	-	-	(72.208)	(72.208)
Dividendos propostos – acionistas minoritários	-	-	-	-	-	(1.130)	(1.130)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	911.933	-	1.794	675.579	34.876	(1)	1.624.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Kirton Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Tenente Francisco Ferreira de Souza, 805, Curitiba - Paraná, autorizada a operar em todo território nacional com seguros de vida, em qualquer uma de suas modalidades ou formas, e em seguros dos ramos elementares, embora não esteja atuando nessa carteira.

A Companhia é controlada diretamente pelo Banco Bradesco S.A..

A partir de 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador. Na mesma data, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberou a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Seguros S.A. e a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 70/2016. A partir desta data, o faturamento da Companhia passa a ser composto pela emissão das faturas mensais daqueles contratos existentes.

A Administração protocolou um plano de reorganização societária envolvendo as empresas do Grupo Bradesco com objetivo de permitir a consolidação das estruturas das empresas adquiridas do antigo Conglomerado HSBC nos segmentos de seguros, capitalização e previdência, bem como capturar o aproveitamento de sinergia das plataformas de negócios, sistemas e otimização de custos entre as seguradoras adquiridas e as seguradoras pertencentes ao Grupo Bradesco Seguros. O referido plano, protocolado em 14 de fevereiro de 2017 junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), foi previamente aprovado por este Órgão Regulador em 11 de abril de 2017, por meio da Carta homologatória n.º 1/2017, bem como foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de junho de 2017. O plano prevê movimentações societárias com objetivo final de que as operações da Kirton Seguros S.A. sejam incorporadas pela Bradesco Seguros S.A..

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

De acordo com o item 4 do CPC 36, a preparação das demonstrações contábeis consolidadas desta Companhia não é requerida, uma vez que as demonstrações contábeis consolidadas do acionista controlador Banco Bradesco S.A., entidade domiciliada no Brasil, foram preparadas e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 6 de fevereiro de 2018.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e continuar operando normalmente até a conclusão do referido processo de reestruturação societária do Grupo Bradesco Seguros e subsequente incorporação das atividades pela Bradesco Seguros em linha com as definições estratégicas do Grupo Bradesco Seguros. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2d - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 15 - Provisões técnicas; e 16 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

e. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo de acordo com a sua realização apresentada na nota 18k.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentados após as demonstrações de resultados. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justos das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(vi) Redução do valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou no desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletivas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para a venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Créditos das operações de seguros e resseguros e outros valores a receber

Os créditos de operações de seguros e os demais valores a receber são apresentados pelos montantes contratados e, quando for o caso, acrescidos dos rendimentos financeiros incorridos até a data do balanço e deduzidos de estimativas de perdas prováveis em sua realização.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso.

h. Ativos de resseguros e retrocessão

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

i. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas de custos dependidos na obtenção de contratos de seguros de riscos a decorrer, correspondentes ao período de risco ainda não decorrido, as quais são amortizadas pela vigência dos riscos, e pelas despesas com agenciamento de contratos de seguros, as quais são amortizados em períodos de 6 a 120 meses.

j. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia não detinha mais investimentos em coligadas na data-base de 31 de dezembro de 2017.

k. Imóveis destinados à venda

Os ativos para investimentos adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. As parcelas dos imóveis destinados à renda, correspondentes às edificações, são depreciadas levando-se em conta a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Companhia realiza, quando identificado indícios de variação significativa nos valores dessas propriedades, uma avaliação a valor de mercado com base em laudos elaborados por empresa especializada ou no mínimo anualmente uma atualização pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC).

l. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis; utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros.

m. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis relacionados a *softwares* desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos são amortizados em cinco anos.

n. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

o. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e com base em notas técnicas atuariais.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE). No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco, e após a emissão e o início de vigência do risco a provisão é calculada pro-rata dia.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência. A mudança de metodologia do cálculo de IBNR em dezembro de 2017, que antes era realizada através do cálculo de IBNR, tem o objetivo de torná-lo mais adequado a experiência da carteira atual da Companhia.

A mudança gerou uma redução de R\$37.000 na provisão de IBNR líquida de resseguro.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura.

p. Teste de adequação de passivos (TAP)

O teste de adequação dos passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar se as provisões técnicas constituídas pela Companhia, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para suportar o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.

Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, por grupo de ramos, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) nominal disponibilizada pela ANBIMA para data-base de 31 de dezembro de 2017, taxa cupom IPCA e IGPM (disponibilizada pela SUSEP), quando aplicável. Na análise foram consideradas as seguintes premissas: i) a vigência e características de cada produto; ii) para projeção dos sinistros ocorridos, as indenizações pagas entre 2001 e dezembro de 2017; iii) para projeção dos sinistros referentes aos prêmios registrados e futuros, a média histórica dos últimos 36 meses; iv) para projeção das despesas, dados históricos de dezembro de 2014 a novembro de 2017; v) tábua de mortalidade BR-EMS, versão 2015; vi) informações brutas de resseguro. A premissa de juros utilizada é uma taxa real, sem efeito da taxa de inflação nos resultados dos testes de sensibilidade.

O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Não foi identificada insuficiência das provisões avaliadas.

Os ativos de resseguro são imateriais - representam menos de 4% das provisões técnicas, e, portanto, a abertura entre líquido e bruto de resseguro das sensibilidades não foi aplicada devido ao impacto mínimo nos resultados dos testes.

q. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.



Bradesco Seguros

Kirton Seguros S.A.

(atual denominação da HSBC Seguros (Brasil) S.A.)

CNPJ Nº 76.538.446/0001-36

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como possíveis de perda não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais.

r. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A.. A DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs. Ambas empresas fazem parte da Organização Bradesco.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

t. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A..

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificação de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 47 – Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.

A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 29/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os possíveis impactos decorrentes da adoção das normas com início de vigência posterior a 1º de janeiro de 2019, ainda não foram aprovados pela SUSEP e ANS, e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à SUSEP nº 521/2015, o Grupo Bradesco Seguros dispõe de Estrutura de Gestão de Riscos, cuja responsabilidade consiste em identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos da organização e seus possíveis impactos sobre o negócio.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em

síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, por meio do processo de *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida

Os seguros de vida da Kirton Seguros são estruturados em regime financeiro de repartição simples, no qual o pagamento dos prêmios em determinado período deverá ser suficiente para cobertura dos sinistros ocorridos neste mesmo período. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos, excluindo-se os valores relacionados a riscos vigentes não emitidos.

	2017	2016
Sudeste	136.067	245.811
Sul	125.895	267.824
Nordeste	81.441	71.846
Centro-Oeste	32.104	54.415
Norte	12.934	19.226
Total	388.441	659.122

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Despesas de manutenção	O impacto de um aumento ou redução nas despesas de manutenção do negócio.

Fator de sensibilidade	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017		
Aumento no índice de sinistralidade em 10%	(7.579)	(4.169)
Redução no índice de sinistralidade em 10%	7.579	4.169
Aumento nas despesas de manutenção em 10%	(2.665)	(1.466)
Redução nas despesas de manutenção em 10%	2.665	1.466
Aumento na taxa de juros em 1%	4.980	2.739
Redução na taxa de juros em 1%	(5.323)	(2.928)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de Resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação de compra.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que o Grupo busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Atualmente, os contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) são cedidos ao IRB Brasil Resseguros S.A..

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

	2017	
	AAA	Total
Ativos Financeiros/Rating		
A valor justo por meio do resultado	692.768	692.768
Títulos de Renda Fixa Público	679.750	679.750
Títulos de Renda Fixa Privado	13.018	13.018
Disponíveis para a venda	447.187	447.187
Títulos de Renda Fixa Público	447.187	447.187
Total	1.139.955	1.139.955

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal. Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração, uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data do vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê de Investimento do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, continuando



mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

Fator de Risco	Cenário
Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Cupom de IPCA de 1 ano.....	2,80%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de Riscos		Total sem correlação	Total com correlação
	Índices de Preços	(42)		
Dezembro/17.....		(42)	(42)	(42)
Definição.....	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços			

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia esta exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 1 a 6 meses.....	32.143	169.789
Fluxo de 6 a 12 meses.....	69.304	107.780
Fluxo de 12 a 60 meses.....	1.119.111	135.850
Fluxo acima de 60 meses.....	815	61.534
	1.221.373	474.953

(i) Os ativos financeiros, compostos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos créditos a receber, créditos das operações de seguro e resseguro e prêmios a receber, foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais.

(ii) As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, compreendendo a identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos severos sobre o nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	692.768	60,77%	560.356	57,37%
Fundos de Investimentos de Renda Fixa (*).....	692.768	60,77%	560.356	57,37%
Títulos disponíveis para venda	447.187	39,23%	416.399	42,63%
Fundos de Investimento de Renda Fixa (*).....	318.569	27,95%	292.857	29,98%
Letras Financeiras do Tesouro.....	104.297	9,15%	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - Judiciais.....	24.321	2,13%	22.096	2,26%
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	101.446	10,39%
Total	1.139.955	100,00%	976.755	100,00%

(*) Refere-se a aplicações em quotas de fundos de investimento exclusivos, valorizadas pelo valor da quota informado pelos Administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. A composição da carteira dos fundos de investimentos exclusivos está apresentada na Nota Explicativa 4b.

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	31 a			Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias	180 dias	181 a 360 dias				
Em 31 de dezembro de 2017							
Títulos a valor justo por meio do resultado	13.018	-	-	679.750	692.768	692.273	495
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	679.750	679.750	679.255	495
Letras Financeiras do Tesouro – Operações compromissadas (nota 14).....	13.018	-	-	-	13.018	13.018	-
Títulos disponíveis para a venda	-	-	21.766	425.421	447.187	446.672	515
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	310.587	310.587	310.401	186
Letras Financeiras do Tesouro - Judiciais.....	-	-	-	24.321	24.321	24.326	(5)
Notas do Tesouro Nacional.....	-	-	21.766	90.513	112.279	111.945	334
Total	13.018	-	21.766	1.105.171	1.139.955	1.138.945	1.010
Em 31 de dezembro de 2016							
Títulos a valor justo por meio do resultado	168.512	-	10.426	381.418	560.356	560.634	(278)
Letras do Tesouro Nacional.....	83.458	-	-	-	83.458	83.461	(3)
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	10.426	381.418	391.844	392.117	(273)
Notas do Tesouro Nacional.....	68.138	-	-	-	68.138	68.140	(2)
Notas do Tesouro Nacional – Operações compromissadas.....	16.916	-	-	-	16.916	16.916	-
Títulos disponíveis para a venda	-	13.686	252.083	150.630	416.399	423.090	(6.691)
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	40.407	40.407	40.428	(21)
Letras Financeiras do Tesouro – Judiciais.....	-	-	-	22.096	22.096	22.124	(28)
Notas do Tesouro Nacional.....	-	13.686	252.083	88.127	353.896	360.538	(6.642)
Total	168.512	13.686	262.509	532.048	976.755	983.724	(6.969)

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Nível 1	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2017			
Títulos a valor justo por meio do resultado	679.750	13.018	692.768
Letras Financeiras do Tesouro.....	679.750	-	679.750
Letras Financeiras do Tesouro – Operações compromissadas.....	-	13.018	13.018
Títulos disponíveis para venda	447.187	-	447.187
Letras Financeiras do Tesouro.....	310.587	-	310.587
Letras Financeiras do Tesouro – Judiciais.....	24.321	-	24.321
Notas do Tesouro Nacional.....	112.279	-	112.279
Total	1.126.937	13.018	1.139.955

	Nível 1	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2016			
Títulos a valor justo por meio do resultado	543.440	16.916	560.356
Letras do Tesouro Nacional.....	83.458	-	83.458
Letras Financeiras do Tesouro.....	391.844	-	391.844
Notas do Tesouro Nacional.....	68.138	-	68.138
Notas do Tesouro Nacional - Operações compromissadas.....	-	16.916	16.916
Títulos disponíveis para venda	416.399	-	416.399
Letras Financeiras do Tesouro.....	40.407	-	40.407
Letras Financeiras do Tesouro – Judiciais.....	22.096	-	22.096
Notas do Tesouro Nacional.....	353.896	-	353.896
Total	959.839	16.916	976.755

d. Movimentação das aplicações financeiras

	2017				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Fundos de investimento de Renda Fixa (*).....	853.213	517.513	(446.204)	86.815	1.011.337
Letras Financeiras do Tesouro - Judiciais.....	22.096	-	-	2.225	24.321
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	100.180	-	4.117	104.297
Notas do Tesouro Nacional (*).....	101.446	-	(103.130)	1.684	-
Total	976.755	617.693	(549.334)	94.841	1.139.955

	2016				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Fundos de investimento de Renda Fixa (*).....	763.317	507.461	(525.252)	107.687	853.213
Letras Financeiras do Tesouro - Judiciais.....	19.408	2.360	(2.368)	2.696	22.096
Notas do Tesouro Nacional (*).....	-	100.962	-	484	101.446
Total	782.725	610.783	(527.620)	110.867	976.755

(*) Para títulos classificados na categoria disponível para venda, o valor do movimento apresentado inclui o montante de R\$ 7.206 (R\$ 5.532 em 2016) relativo à variação do efeito de marcação a mercado.

e. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Total das provisões técnicas	318.716	607.816
(-) Ativos de resseguro redutores.....	(11.533)	(14.871)
Total a ser coberto (A)	307.183	592.945
Aplicações dadas em garantias.....	740.931	853.213
Total dado em cobertura (B)	740.931	853.213
Suficiência (B) – (A)	433.748	260.268

f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global das aplicações, atingiu 84,93% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA+4,23%, IGP+4,25 e 100% da taxa Selic (títulos pós-fixados).

g. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía riscos de exposição a variações nos saldos de seus ativos e passivos financeiros que mereciam proteção através de derivativos, e portanto, não possuía operações de derivativos em aberto na data-base.

5 Créditos de operações com seguros e resseguros

a. Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios a receber (*).....	36.200	226.931
(-) Redução do valor recuperável.....	(5.078)	(5.412)
Operações com seguradoras.....	1.011	575
Operações com resseguradoras.....	1.160	3.863
Total	33.293	225.957

(*) Contempla prêmios estimados. (nota explicativa 5c).

b. Prêmios a receber por vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer.....	25.895	202.493
Vencidos de 1 a 30 dias.....	4.984	15.818
Vencidos de 31 a 60 dias.....	767	7.101
Vencidos de 61 a 120 dias.....	453	702
Vencidos de 121 a 180 dias.....	754	68
Vencidos de 181 a 365 dias.....	976	158
Vencidos superior a 365 dias.....	2.371	591
Total	36.200	226.931

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2017				
	1º de janeiro	Constituições	Recebimentos	Cancelamentos	31 de dezembro
Prêmios a receber.....	225.192	571.485	(618.566)	(143.569)	34.542
Prêmios estimados (*).....	1.739	3.521	-	(3.602)	1.658
Total	226.931	575.006	(618.566)	(147.171)	36.200

	2016				
	1º de janeiro	Constituições	Recebimentos	Cancelamentos	31 de dezembro
Prêmios a receber.....	315.977	917.147	(772.454)	(235.478)	225.192
Prêmios estimados (*).....	8.924	3.745	-	(10.930)	1.739
Total	324.901	920.892	(772.454)	(246.408)	226.931

(*) Refere-se a prêmios estimados calculados para riscos vigentes mas não emitidos.

6 Títulos e créditos a receber

	31/12/201
--	-----------



	2016			
	1º de janeiro	Adições	Depreciação	31 de dezembro
Edificações (*)	15.955	-	(576)	15.379
Terrenos (*)	8.784	-	-	8.784
Total	24.739	-	(576)	24.163

(*) A receita obtida com imóveis de renda foi de R\$ 13.114 (R\$ 12.278 em 2016). O valor justo dos imóveis apurado é de R\$ 163.011 (R\$ 120.736 em 2016).

(**) Recebimento de imóvel mediante a redução de capital no investimento que a Companhia detém na Kirton Capitalização no montante de R\$ 10.602 como indicado na Nota Explicativa 8.

10 Obrigações a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos administrativos	2.167	812
Programas de remuneração variável	2.389	4.274
Dividendos a pagar	73.338	64.893
PPR/PLR	-	651
Outros	7.897	2.583
Total	85.791	73.213
Curto Prazo	83.625	73.090
Longo Prazo	2.166	123

11 Impostos e contribuições

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	30.521	12.629
Contribuição social	29.346	14.096
COFINS	1.137	2.325
PIS/PASEP	184	378
Total	61.188	29.428

12 Outras contas a pagar

	30/12/2017	31/12/2016
Honorários advocatícios	1.243	1.238
Fornecedores	315	4.554
Despesas com viagens	-	155
Prestação de serviços intercompanhias (*)	-	1.970
Outras	739	1.563
Total	2.297	9.480
Curto Prazo	414	7.612
Longo Prazo	1.883	1.868

(*) Refere-se a valores de operações realizadas com demais companhias do Grupo, que a partir de outubro de 2017, foram descontinuadas de acordo com a proposta de reestruturação societária do Grupo Bradesco Seguros.

13 Depósitos de terceiros**a. Composição**

	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios e emolumentos recebidos	1.301	9.369
Total	1.301	9.369

b. Tempo de permanência

	31/12/2017	31/12/2016
de 1 a 30 dias	788	9.139
de 31 a 60 dias	180	94
de 61 a 120 dias	173	136
de 121 a 180 dias	113	-
de 181 a 365 dias	47	-
Total	1.301	9.369

14 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas e despesas dos períodos, estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	57.678	13.114
Disponibilidades	3.618	13.114
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	3.618	13.114
Aplicações - Op. Compromissadas	13.018	(78.024)
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	13.018	-
Dividendos a receber	41.042	(77.626)
Kirton Vida e Previdência S.A. (empresa controlada)	28.716	-
Kirton Capitalização S.A. (empresa controlada)	12.326	-
Passivo	72.208	(80)
Dividendos a pagar	72.208	(318)
Banco Bradesco S.A. (controlador direto)	72.208	(318)
Total (Ativo - Passivo)	(14.530)	(64.910)

Tal como indicado na Nota Explicativa 1, em 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, razão pela qual os saldos comparativos não foram considerados como transações com partes relacionadas uma vez que foram realizadas no contexto do Grupo HSBC antes da aquisição pelo Banco Bradesco.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício de 2016 foi pago o montante de R\$ 2.214 a título de remuneração do pessoal-chave e de benefícios pós-emprego. Em 2017 os administradores abdicaram-se do direito ao recebimento de qualquer valor a título de remuneração, posto que já recebem honorários de outra empresa da Organização Bradesco.

15 Provisões técnicas e despesas de custos de aquisição diferidos - seguros e resseguros**a. Composição**

Ramos de atuação	Provisões técnicas		Custos de aquisição diferidos (***)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
R.C.F. veículos (*)	8.712	9.073	-	-
Vida em Grupo (**)	90.316	189.913	-	4.407
Vida Individual	79.479	138.185	-	17.989
Acidentes pessoais	85.249	140.756	-	16.573
Prestamista	34.226	87.430	-	2.907
Desemprego/Perda de renda	8.820	15.940	-	3.109
Eventos aleatórios	9.657	22.621	-	151
Outros	2.257	3.898	-	-
Total	318.716	607.816	-	45.136
Curto prazo	306.985	574.459	-	37.028
Longo prazo	11.731	33.357	-	8.108

(*) Referem-se a sinistros em discussão judicial.

(**) Em 31 de dezembro de 2017 contempla R\$ 165 referente a provisão de excedente técnico.

(***) Em linha com o processo de reorganização societária do Grupo Bradesco Seguros as novas vendas realizadas no exercício de 2017, passaram a ser realizadas em outras Companhias do Grupo.

b. Movimentação**b.1 Provisão de prêmios não ganhos**

	2017			
	1º janeiro	Constituição	Apropriação	31 de dezembro
Vida individual	90.861	125.621	(204.037)	12.445
Vida em grupo	11.257	115.400	(124.158)	2.499
Acidentes pessoais	30.132	115.857	(140.912)	5.077
Prestamista	56.261	13.310	(55.933)	13.638
Desemprego/Perda de renda	13.186	7.870	(16.543)	4.513
Eventos Aleatórios	20.950	7.616	(20.634)	7.932
Outros	1.792	4.575	(5.989)	378
Total	224.439	390.249	(568.207)	46.482

Sinistros brutos de resseguro

Ano de ocorrência	Ano do aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Montante de sinistros avisados												
No ano do aviso	1.085.046	135.888	161.432	177.899	212.182	213.865	203.959	206.237	237.484	248.227	233.820	
Um ano após o aviso	1.112.207	138.738	156.280	168.180	198.254	204.972	193.301	195.781	223.053	264.363	-	
Dois anos após o aviso	1.136.899	142.167	161.620	174.189	205.141	211.452	199.429	201.652	240.536	-	-	
Três anos após o aviso	1.168.854	143.739	163.498	174.643	208.751	214.436	205.022	217.990	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	1.168.908	144.977	164.909	176.720	211.393	220.387	220.600	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.177.248	145.441	165.182	178.960	214.926	225.283	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.177.709	146.559	166.188	179.742	216.649	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.183.890	149.907	168.002	179.907	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.186.631	149.069	171.043	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.197.339	150.019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	1.217.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros em 31 de dezembro de 2017	1.217.416	150.019	171.043	179.907	216.649	225.283	220.600	217.990	240.536	264.363	233.820	3.337.625
Montante pago	(1.196.426)	(147.432)	(168.889)	(175.780)	(208.846)	(215.437)	(208.403)	(209.053)	(227.519)	(237.605)	(177.462)	(3.172.851)
Posição de sinistros em 31 de dezembro de 2017	20.990	2.587	2.154	4.127	7.803	9.846	12.197	8.937	13.017	26.758	56.358	164.774

O valor do resseguro da PSL monta R\$ 5.948 (R\$ 7.459 em dezembro de 2016).

e. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros

	31/12/2017	31/12/2016
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	32.765	14.331
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	22.145	11.741
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída	39.724	76.862
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	7.210	4.191

16 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

A principal ação em andamento é relacionada à contribuição social, na qual se discute a constitucionalidade da majoração da alíquota de 8% para 18%, do período compreendido entre maio de 1996 a janeiro de 1999, no montante de R\$ 21.983 (R\$ 20.775 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram integralmente depositados em juízo.

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

	2016			
	1º janeiro	Constituição	Apropriação	31 de dezembro
Vida individual	149.941	199.408	(258.489)	90.860
Vida em grupo	19.817	160.330	(168.890)	11.257
Acidentes pessoais	51.225	167.926	(189.018)	30.133
Prestamista	77.092	86.391	(107.222)	56.261
Desemprego/Perda de renda	19.828	14.121	(20.763)	13.186
Eventos Aleatórios	29.024	16.784	(24.858)	20.950
Outros	1.921	6.056	(6.185)	1.792
Total	348.848	651.016	(775.425)	224.439

b.2 Provisão de sinistros a liquidar administrativos e judiciais

	2017				
	1º janeiro	Constituição	Pagamento	Reversão	31 de dezembro
R.C.F. veículos	7.353	285	(168)	(410)	7.060
Vida Individual	34.522	136.709	(85.549)	(45.480)	40.202
Vida em grupo	79.906	133.388	(89.697)	(74.080)	49.517
Acidentes pessoais	66.450	74.392	(30.562)	(55.516)	54.764
Prestamista	13.768	27.711	(18.335)	(13.025)	10.119
Desemprego/Perda de renda	1.934	15.179	(8.390)	(7.796)	927
Outros (*)	2.607	3.145	(1.083)	(2.484)	2.185
Total	206.540	390.809	(233.784)	(198.791)	164.774

	2016				
	1º janeiro	Constituição	Pagamento	Reversão	31 de dezembro
R.C.F. veículos	4.497	4.012	(643)	(513)	7.353
Vida Individual	19.261	145.473	(85.761)	(44.451)	34.522
Vida em grupo	99.683	212.567	(106.307)	(126.037)	79.906
Acidentes pessoais	48.530	89.048	(31.524)	(39.604)	66.450
Prestamista	19.264	32.525	(15.047)	(22.974)	13.768
Desemprego/Perda de renda	1.736	27.342	(17.712)	(9.432)	1.934
Outros (*)	4.828	5.824	(2.286)	(5.759)	2.607
Total	197.799	516.791	(259.280)	(248.770)	206.540

(*) O valor do ramo Eventos Aleatórios monta R\$ 586 (R\$ 561 em dezembro de 2016).

b.2.1 Provisão de sinistros judiciais - Aging

	2017			
	Até 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistros Líquidos de Resseguro	24.809	30.910	66.988	122.707
Sinistros Brutos de Resseguro	25.288	34.526	68.498	128.312

	2016			
	Até 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistros Líquidos de Resseguro	13.435	21.988	87.165	122.588
Sinistros Brutos de Resseguro	16.037	23.101	88.600	127.738

b.3 Provisão de sinistros/eventos ocorridos e não avisados

	2017			
	1º janeiro	Constituição	Reversão	31 de dezembro
Vida Individual	4.744	30.173	(14.013)	20.904
Vida em grupo	71.058	4.601	(43.820)	31.839
Acidentes pessoais	28.104	26.707	(



Em depósitos judiciais de ações cíveis não está incluído o montante de R\$ 26.711 (R\$ 30.626 em 31 de dezembro de 2016), referentes a depósitos judiciais de sinistros, cuja provisão está no grupo de Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar.

Os valores depositados judicialmente, quando não relacionados a uma obrigação legal, podem ser superiores aos valores provisionados, já que as provisões para contingências são constituídas com base na expectativa do risco de inócuo e desembolso, quando avaliada como "provável" conforme mencionado na nota explicativa 2.c. Os valores demonstrados acima incluem depósitos para os quais não foram constituídas provisões, assim como inclui provisões constituídas para ações em relação às quais não foram realizados depósitos.

b. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º janeiro de 2017	21.986	17.068	4.180	43.234
Constituições líquidas de reversões e baixas	57	8.134	5.866	14.057
Pagamentos	(100)	(3.283)	(4.517)	(7.900)
Atualização monetária	1.290	-	-	1.290
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23.233	21.919	5.529	50.681
Saldo em 1º janeiro de 2016	20.196	5.580	3.435	29.211
Constituições líquidas de reversões e baixas	102	14.331	1.276	15.709
Pagamentos	-	(2.843)	(531)	(3.374)
Atualização monetária	1.688	-	-	1.688
Saldo em 31 de dezembro de 2016	21.986	17.068	4.180	43.234

c. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia possui contingências passivas fiscais, classificadas como risco possível, para as quais não há provisão constituída. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, do valor de R\$ 782.976 (R\$ 725.022 em 31 de dezembro de 2016) descrita a seguir.

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com prêmios de seguros deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social, atos societários e dividendos

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 22.630.909 (17.191.971 em 2016) ações ordinárias e 13.270.363 (10.082.026 em 2016) ações preferenciais, ambas escriturais, sem valor nominal e não conversíveis de uma espécie em outra. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos que são, no mínimo, dez por cento superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Em 31 de março de 2017 foi proposto o aumento de capital através da Assembleia Geral Extraordinária n.º 123, no montante de R\$ 2.335, sem emissões de ações, elevando o capital para R\$ 557.200. Aprovado pela SUSEP em 17 de julho de 2017, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 460.

Em linha com a nota de contexto operacional, a Companhia vem passando pelo processo de reestruturação societária das empresas do Grupo Segurador da Organização Bradesco, e neste sentido a Sociedade incorporou, em 31 de julho de 2017, os ativos, passivos e patrimônio líquido da Companhia ligada, Kirton Participações S.A., conforme aprovação prévia da SUSEP, em 11 de abril de 2017, e do BACEN em 08 de junho de 2017.

A data-base para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido foi 30 de junho de 2017, sendo que a incorporação se concretizou em 31 de julho de 2017.

Em cumprimento ao disposto na Lei 6.404/76, foi contratada a GRSA Consultoria Empresarial para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da incorporada. Dentre os ativos e passivos a serem incorporados destaca-se investimentos em controladas e coligadas relativos a Kirton Vida e Previdência S.A., a qual passará a ser controlada da Kirton Seguros S.A com 99,9957%.

O patrimônio líquido contábil, objeto da mencionada incorporação, pode ser resumido como se segue:

Ativo Circulante	Passivo Circulante	Total
Disponível	Contas a pagar	1.597
Aplicações	Patrimônio líquido	361.719
Outros créditos	Capital social	354.647
Outros valores e bens	Ajuste de avaliação patrimonial	7.072
Investimentos		
Participações societárias		
Total do ativo	Total do passivo e patrimônio líquido	363.316

Em 31 de julho de 2017 foi proposto o aumento de capital através da Assembleia Geral Extraordinária n.º 125, no montante de R\$ 354.647 mediante a emissão de 8.625.122 ações, elevando o capital para R\$ 911.847. Aprovado pela SUSEP em 10 de outubro de 2017, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 7.009.

Em 29 de setembro de 2017 foi proposto o aumento de capital através da Assembleia Geral Extraordinária n.º 126, no montante de R\$ 86 mediante a emissão de 2.153 ações ordinárias, elevando o capital para R\$ 911.933, originado pela relação de troca das ações dos acionistas minoritários da Kirton Capitalização S.A. Aprovado pela SUSEP em 13 de novembro de 2017, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 7.024.

De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	305.319	259.572
Constituição de reserva legal	(15.266)	-
Realização da reserva de reavaliação	3.296	(86)
Base de cálculo dos dividendos	293.349	259.486
Dividendos propostos	73.338	64.893
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

b. Reserva de reavaliação

O saldo de reavaliação de imóveis, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 2.990 (R\$ 6.155 em 31 de dezembro de 2016) que, deduzido de R\$ 1.196 (R\$ 1.065 em 31 de dezembro de 2016) de imposto de renda e contribuição social apresentava um saldo líquido de R\$ 1.794 (R\$ 5.090 em 31 de dezembro de 2016). O efeito no resultado devido à depreciação da parcela reavaliada e baixas foi de R\$ (3.296) (R\$ 514 em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com a Lei nº 11.638/07 a Companhia optou por manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

c. Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

d. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Refere-se aos efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda.

e. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/2016 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2017
Patrimônio líquido contábil	1.624.181
Ajustes Contábeis:	(700.785)
(-) Despesas antecipadas	(28)
(-) Participações Societárias	(700.750)
(-) Intangível	(3)
(-) Obras de Arte	(4)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	607
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	607
Patrimônio líquido Ajustado (PLA)	924.003
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	79.108
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (¹)	79.108
Capital adicional de risco de crédito	28.801
Capital adicional de risco de mercado	2.470
Capital adicional de risco de subscrição	58.583
Capital adicional de risco operacional	1.245
Efeito da correlação (benefício)	(11.991)
Suficiência de Capital (PLA-CMR)	844.895
Ativos Líquidos	740.931
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (²)	433.748
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (³)	79.846
Índice de Liquidez em relação ao CR % (⁴)	543%

(¹) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(²) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas somada aos ajustes que elevem ou reduzam a necessidade de cobertura por Ativos Garantidores.

(³) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital do risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

(⁴) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016 é de no mínimo 20%.

18 Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

a. Ramos de atuação

	Prêmios ganhos líquido de resseguro		Comercialização %		Sinistralidade %	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Acidentes pessoais	140.486	187.812	22,36	20,01	0,51	25,00
Vida	326.176	423.393	21,58	27,30	33,23	41,89
Prestamista	55.310	107.268	13,88	33,07	14,42	11,43
Outros	43.067	51.838	33,80	44,92	25,33	43,64
Total	565.039	770.311	21,95	27,52	22,40	33,65

b. Sinistros ocorridos

	31/12/2017	31/12/2016
Indenizações avisadas	(168.229)	(154.790)
Despesas com benefícios	(19.384)	(87.745)
Serviços de assistência	(3.232)	(10.507)
Despesas com sinistros	10.060	(5.404)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	54.280	(2.418)
Recuperação de sinistros	(41)	1.138
Ressarcimentos	-	532
Total	(126.546)	(259.194)

c. Custo de aquisição diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões	(72.000)	(134.451)
Outros custos de aquisição diferidos	(6.888)	(30.504)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(45.136)	(46.948)
Recuperações de comissões	-	(48)
Total	(124.024)	(211.951)

d. Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com administração de apólices e cobrança	(3.607)	(13.186)
Despesas com serviços prestados e honorários periciais	(6.594)	(9.879)
Títulos de capitalização adquiridos para incentivar novos negócios	(4.016)	(6.432)
Receita com reversões/despesas com lucros atribuídos	1.345	1.689
Variação de perdas com créditos de riscos decorridos	334	(1.129)
Despesas com cobranças	(4.311)	(117)
Condenações/acordos judiciais	(4.517)	(531)
Outras	(8.186)	5.146
Total	(29.552)	(24.439)

e. Resultado com operações de resseguro

	31/12/2017	31/12/2016
Indenização de sinistros	7.833	12.050
Prêmios de resseguros	(1.888)	(7.167)
Variação da despesa de resseguro	(192)	(5.169)
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	-	658
Variação da provisão de sinistros ocorridos	(147)	525
Total	5.606	897

f. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal próprio (**)	(48.814)	(67.987)
Ordenados	(15.498)	(20.142)
Gratificações	(903)	(4.633)
13º Salário e férias	592	(8.492)
Indenizações trabalhistas	(9.516)	(14.190)
INSS/FGTS	(7.088)	(12.046)
Assistência médica	(4.033)	(1.477)
Seguros	(13)	(1.009)
Planos de previdência privada (nota 19a)	(660)	(620)
Programa de alimentação ao trabalhador	(3.667)	(3.053)
Despesas com vale-transporte	(102)	(52)
Outros	(7.926)	(2.273)
Serviços de terceiros	(6.255)	(6.166)
Localização e funcionamento	(1.092)	(7.853)
Donativos e contribuições	(789)	(1.985)
Publicações	(368)	(124)
Publicidade e propaganda	(366)	(45)
Reembolso de despesas intercompanhias (*)	(3.514)	(9.631)
Outras	(163)	(796)
Total	(61.361)	(94.587)

(*) Até 30 de junho de 2016 a Companhia possuía contrato de ressarcimento de despesas intercompanhias firmado entre todas as empresas do antigo Conglomerado HSBC, a partir de 1º de julho de 2016 com a assunção dos novos acionistas, o contrato deixou de existir e as despesas passaram a ser reconhecidas individualmente nas Companhias devedoras.

(**) A totalidade dos funcionários ativos da Kirton Seguros S.A. foi transferida para outras empresas do Grupo Bradesco Seguros a partir de outubro de 2017, seguindo a proposta de reestruturação societária do Grupo.

g. Despesas com tributos

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	(17.263)	(26.598)
PIS	(2.805)	(4.322)
Taxa de fiscalização	(3.202)	(3.720)
Contribuição Sindical	(133)	(115)
ISS	90	(148)
IPTU	-	(63)
Outras	(1.280)	(1.367)
Total	(24.593)	(36.333)

h. Resultado Financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras		
Títulos de renda fixa	7.683	3.504
Fundos de investimentos	79.952	107.687
Depósitos judiciais e fiscais	3.792	5.614
Atualização monetária INSS	1.110	1.996
Operações de seguros	1.063	138
Variação cambial	-	369
Outras	6.301	4.163
Subtotal	99.901	123.471
Despesas Financeiras		
Atualização monetária das provisões técnicas de seguros	(3.294)	(25.557)
Atualização monetária de outros passivos	(168)	(516)
Taxa de administração de fundos	(80)	(383)
Outras	(643)	(302)
Subtotal	(4.185)	(26.758)
Total	95.716	96.713

i. Resultado patrimonial

	31/12/2017	31/12/2016
Equivalência patrimonial – controladas (*)	129.588	116.102
Resultado com imóveis destinados à renda	12.480	11.702
Total	142.068	127.804

(*) Referente a investimentos na Kirton Capitalização S.A. e na Kirton Vida e Previdência S.A..

j. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	31/12/2017	31/12/2016
Baixa de ativo intangível	-	(5.241)
Outros	(10)	(8)
Total	(10)	(5.249)

k. Imposto de renda e contribuição social

(i) Encargos devidos sobre as operações do exercício

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro)	444.416	375.835
Imposto de renda e contribuição social	(199.987)	(169.126)
Exclusões/(adições) permanentes	58.145	51.329
Participações em controladas e coligadas	58.315	52.246
Contribuições e doações	(355)	(65)
Outras	185	(852)
Outros ajustes	2.745	1.534
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda	1.021	2.329
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	2.065	-
Efeito do imposto diferido registrado com alíquota de 40%	(114)	(1.041)
Outros	(227)	246
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício findo – corrente	(139.097)	(116.263)
Alíquota efetiva	31,3%	30,9%



	Saldos em 01/01/2016	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis.....	6.826	5.838	12.664
Gratificações e participações no resultado.....	2.311	2.182	4.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	840	1.125	1.965
Provisão para honorário advocatícios	683	95	778
Outros.....	1.180	(876)	304
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	11.840	8.364	20.204
Provisão para ajuste de títulos a valor de mercado (MTM).....	4.884	(1.880)	3.004
Total dos créditos tributários ativos	16.724	6.484	23.208
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Reavaliação.....	(1.265)	(37)	(1.302)
Total dos créditos tributários passivos	(1.265)	(37)	(1.302)
Créditos tributários líquidos	15.459	6.447	21.906

DIRETORIA¹

Octavio de Lazari Junior	Diretor-Presidente
Manoel Antonio Peres	Diretor-Geral
Marco Antonio Messere Gonçalves	Diretor-Geral
Jorge Pohlmann Nasser	Diretor-Geral
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente
Jair de Almeida Lacerda Júnior	Diretor-Gerente
Eugênio Liberatori Velasques²	Diretor
Juliano Ribeiro Marcilio	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor

- (¹) *Ressalta-se que, até 30 de junho de 2016, o HSBC Latin America Holdings (UK) limited era acionista controlador do HSBC Bank e de suas controladas, sendo responsável por todos os atos e informações, antes do fechamento da venda das ações de emissão do HSBC Brasil para seus atuais controladores, em 1º de julho de 2016. Os atuais controladores e novos administradores da Companhia, foram nomeados em 1º de julho de 2016, após renúncia dos antigos diretores.*
- (²) *Na Assembleia Geral Extraordinária de 7 de fevereiro de 2018, foi registrado o pedido de renúncia do diretor Eugenio Liberatori Velasques, bem como a designação de suas atividades entre os demais diretores da Companhia perante a SUSEP.*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas da

Kirton Seguros S.A.

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Kirton Seguros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reorganização Societária

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 – Contexto operacional, que descreve que foi aprovado um plano de reorganização societária do Grupo Bradesco, no qual a Companhia está inserida. Neste processo de reorganização está previsto que a Companhia será incorporada por outra empresa do Grupo. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

Ano	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de Renda	Contribuição Social	
2018.....	3.973	2.873	6.846
2019.....	1.921	1.280	3.201
2020.....	1.307	871	2.178
2021.....	1.040	693	1.733
2022 em diante.....	4.296	2.719	7.015
Total.....	12.537	8.436	20.973

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida dos efeitos tributários é de R\$ 19.752 (R\$ 19.008 em 2016).

19 Outras informações

a. Planos de aposentadoria

A Companhia foi patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. As contribuições totalizaram R\$ 660 (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2016).

b. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 06 de fevereiro de 2018, nos jornais Valor Econômico e Jornal do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Bernardo Ferreira Castello

Atuário – MIBA N°1717

Eduardo Duarte da Silva

Contador CRC PR 057518/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Kirton Seguros S.A.

Curitiba – PR

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Kirton Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Kirton Seguros S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Kirton Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência

desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
Curitiba, 26 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904 - São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

Kirton Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas.....	318.716
Total de provisões técnicas auditadas	318.716
Total de ativos de resseguro	12.498
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a).....	318.716
Valores redutores (b).....	11.533
Total a ser coberto (a-b).....	307.183
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a).....	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	79.108
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b).....	79.108
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a).....	924.003
Exigência de Capital (CMR) (b).....	79.108
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b).....	844.895
Ativos Garantidores (d).....	740.931
Total a ser Coberto (e)	307.183
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e).....	433.748
Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g).....	433.748
Capital de Risco (CR) (h)	79.846
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	543%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2017
1101, 1601.....	1.000
0111, 0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0173, 0196, 0234, 0272, 0274, 0310, 0313, 0351, 0378, 0433, 0435, 0437, 0457, 0520, 0523, 0524, 0525, 0526, 0531, 0542, 0544, 0553, 0621, 0622, 0623, 0627, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658, 0739, 0740, 0743, 0745, 0746, 0747, 0748, 0749, 0750, 0775, 0776, 0819, 0859, 0860, 0870, 0929, 0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1061, 1065, 1066, 1068, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1130, 1162, 1163, 1164, 1198, 1279, 1285, 1299, 1329, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1417, 1428, 1433, 1457, 1528, 1535, 1537, 1597.....	10.000